



A experiência de aprender com surdos

Introdução

Quando comecei a pesquisa Estimulação de Potencial e Desenvolvimento do Adolescente no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), tinha uma apreensão de como seria me comunicar com pessoas que não falavam. Além disso, algumas inquietações promovidas por leituras de idéias preconcebidas que consideravam estes *deficientes auditivos* como portadores de *deficits* intelectuais, caracterizados por autores, obviamente, pautados no modelo audiológico/audiométrico cuja preocupação está voltada ao ouvido que não funciona. Estes dois desafios passaram a ser os instigadores da

minha estada com estas pessoas desconhecidas para mim.

Apesar de nunca ter tido contato com uma população de surdos antes, a noção de *erro* trazida em minha tese de Doutorado não me permitia compartilhar das informações contidas na literatura disponível. Assim, despojada de concepções fonoaudiológicas, médicas ou mesmo cognitivas, entrei no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) com o intuito de aprender como me comunicar com os adolescentes surdos através deles mesmos, participando de seu cotidiano escolar.

tado novas descobertas e mesmo o abandono de várias visões de mundo que, consideradas como erradas, são deixadas de lado até caírem no esquecimento.

No entanto, o que se pode notar é que o conceito de certo ou errado está intimamente ligado a uma ideologia reinante, em um determinado período da história humana, no qual os interesses daqueles que detêm o poder devem prevalecer, seja em relação aos usos, aos costumes, aos hábitos, à moral ou mesmo ao desenvolvimento e práticas da ciência. Na opinião de Althusser (1974), a ideologia impregna todas as atividades do homem: atos e gestos. Deste modo, ela é indiscernível de sua experiência vivida e é possível percebê-la

Leila Dupret

Doutora em Psicologia,
Professora da Universidade
Estácio de Sá

O Erro-informação

Desde épocas remotas discute-se sobre a sabedoria dos homens, no sentido do que ela tem de certo ou errado. É esta dicotomia que tem pau-

como a *argamassa que liga os tijolos de uma construção*, permeando toda a sua estrutura.

Então, existem erros que implicam sanções, outros que apenas precisam ser ultrapassados, porém em ambos os casos é exigido a correção como forma de eliminar a contradição instalada. Mas existe ainda um tipo de erro que escapa a esta necessidade corretiva: é o *erro-informação ou erro não-ordinário*¹.

Em função de como é entendido o erro, a reação e a atitude que se tem frente à sua ocorrência, podem ter rumos diferentes que implicam em consequências pertinentes. A reação do impacto com o erro tido como inadmissível, por exemplo, pode acarretar uma punição. Esta é usada como meio de demonstrar que o fato não deve acontecer. Ou ainda, mesmo não havendo punição, são criados aparatos que agem de forma a evitar que ele ocorra: uma técnica para controlá-lo. Em suma é o impedimento do *desvio*.

Há porém a vertente que, embora admita a ocorrência do erro, o vê como uma contradição a ser superada. Ultrapassar a contradição significa analisar o erro voltado ao que seria considerado certo. Aprender com ele, entretanto mantendo sua qualidade de oposto ao acerto. Em síntese, transpor o obstáculo vencendo o *desafio*.

O que pretendo apontar com a noção de *erro não — ordinário* é que ele excede os limites das concepções citadas anteriormente, mas não as invalida. Ao contrário, se apresenta como mais um modo de ver e tratar o *fenômeno-erro*, de forma diferente das categorias *desvio* e *desafio*. Sua condição de ser utilizado como *informação* e compreendido como mais um dado, lhe confere o *status* de algo proveitoso, com a possibilidade de ser absorvido, pois possui valor constitutivo. Assim, não é mais classificado como mera falha

“...a noção de erro-informação permite vislumbrar outros caminhos para abordar o fenômeno-erro, tal como pode ser o caso da surdez.”

e não necessita ser corrigido, o que proporciona uma total *transformação* de seu sentido.

É exatamente seu caráter transformacional que o desobriga de ser corrigido. Isto porque, embora tenha ocorrido um *erro*, ele pode ser utilizado como uma fonte que desencadeia outras maneiras de pensar sobre o fato. Deste modo, a noção de *erro-informação* permite vislumbrar outros caminhos para abordar o *fenômeno-erro*, tal como pode ser o caso da surdez.

A obrigatoriedade da correção do erro, como única premissa básica, impõe padrões de respostas na direção de sempre atender às expectativas esperadas ou previstas,

o que impede a manifestação da criatividade, não estimula potencialidades e se torna mera repetição do que já está definido como sendo certo.

Em contrapartida, se não há tal obrigação implicitamente já existe uma mudança na maneira de ver o *erro*, um outro ponto de vista surge como referência para lidar com ele. Nesta perspectiva, também o *tabu do erro* como algo proibido, gerador de sentimentos de culpa, derrota, incompetência, incapacidade, insegurança e afins, é naturalmente quebrado.

Obviamente, esta noção de erro está vinculada a uma outra postura ideológica, filosófica e epistemológica (na falta de uma palavra mais adequada). O que significa rever metodologias de trabalho, critérios de avaliação, referências de diagnósticos e classificações do desenvolvimento humano.

Consciência e inquietações

Tendo como ponto de partida o desenvolvimento, se torna necessário abordar dois aspectos extremamente relevantes: o sujeito e a educação. No que tange ao sujeito, compreendê-lo como uma

¹ A concepção de ordinário está voltada ao que é comum a todos, logo o termo não-ordinário diz respeito ao que não é comum.

rede interativa cujas conexões estão completamente em integração, me faz perceber que não há possibilidade de priorizar qualquer de seus constituintes como determinante. É o que Vygotsky pretende trazer para discussão com sua proposta sobre *pedagogia*.

Em outras palavras, o que é neuro-fisio-biológico, sócio-histórico-cultural-político-econômico, consciente-inconsciente existe na constituição do ser humano como uma *teia* entrelaçada e de interferências mútuas. Em sentido metafórico um exemplo culinário ilustra com certa facilidade esta noção de sujeito. Se eu pego laranja, banana, maçã e mamão, e disponho estas frutas descascadas e cortadas em uma vasilha eu tenho uma salada de frutas; e, ainda que que o conjunto apresente uma configuração própria (a salada) e um sabor peculiar (o da combinação), se eu não gosto de mamão, posso separá-lo e não comê-lo. Mas se eu, ao invés de usar o recipiente anterior, coloco-as juntas no liquidificador e ligo, o que surge é uma vitamina, onde não poderei excluir o mamão porque estará completamente conectado às outras frutas. É este *sujeito vita-*

mínico que está sendo minha referência.

Obviamente, este ponto de vista possibilita enxergar o que é específico a cada sujeito e a concepção do que é comum em todos: serem únicos. Entender a coexistência do que é particular e universal a um só tempo é o desafio da complexidade, conforme nos coloca Morin.

No que diz respeito à educação, é importante salientar sua interferência no desenvolvimento, mas pretendo des-

“No que tange ao sujeito, compreendê-lo como uma rede interativa cujas conexões estão completamente em integração, me faz perceber que não há possibilidade de priorizar qualquer de seus constituintes como determinante.”

tacar o papel da escola como protagonista do drama cuja trama se dá num contexto em que o cenário é a dura realidade social estigmatizante.

... o sistema escolar é também inteiramente baseado em uma espécie de poder judiciário. A todo momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz quem é melhor, quem é pior.

As palavras de Foucault apontam nitidamente para uma das principais questões que tem estado presente nas Instituições Educativas: classificar pessoas a partir de um

modelo preestabelecido como padrão para o *funcionamento escolar*. Obviamente, este nivelamento possui o sentido metafórico de *passar a régua de pedreiro* no cimento que se pretende deixar completamente liso, sem qualquer indício de irregularidade. Ainda na perspectiva foucaultiana, despersonalizar, não reconhecer identidades, não permitir a execução do direito de ir e vir do pensamento de um sujeito e de todos por extensão, reprimir a liberdade de expressão e ação: impedir a experiência que move o contato com o saber.

No caso específico dos estudantes surdos com os quais tive contato, esta situação se agrava porque, ideologicamente, são entendidos *a priori* como

portadores de problema de aprendizagem. Ou seja, o fato de não ouvir já caracteriza uma impossibilidade de ter acesso a informações e determina um diagnóstico nada promissor. É claro que não estou negando o fato real do sujeito não ouvir, mas se isto é um *falha*, esta não é um *erro* que deve ser corrigido e sim entendido como uma *informação*. Ademais, o conceito de *zona de desenvolvimento proximal*, definido por Vygotsky (1988), permite visualizar o horizonte de potencialidades a serem estimuladas em todo e qualquer sujeito, sem limite de idade e / ou local, seja pelos recursos

² FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Cadernos da PUC – Série Letras e Artes. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1973. p.97

"No que diz respeito à educação, é importante salientar sua interferência no desenvolvimento, mas pretendo destacar o papel da escola como protagonista do drama cuja trama se dá num contexto em que o cenário é a dura realidade social estigmatizante."

disponíveis na cultura, seja por outros sujeitos que constituem o grupo social.

Além disso, logo nas primeiras conversas, fiquei perplexa de ver a consciência dos surdos em serem discriminados socialmente e a dor que acompanhava esta percepção. Aqui cabe ressaltar que não estou me compadecendo, mas tentando mostrar como o meio social interfere na busca do que é saudável ou na construção de doenças que poderiam não existir. Isto é, sofrer a discriminação por ser surdo, é não ter a chance de manifestar o direito de exprimir qualidades, por conta de um impedimento ideologicamente aceito princípio.

A própria sociedade não oferece nenhum tipo de programa mais global que leve o surdo ao aproveitamento de suas potencialidades na vida cotidiana. Com isto, de forma implícita, encontra-se sua marginalização. Esta falta de credibilidade em suas capacidades se reflete na inclusão do surdo no mercado de trabalho. Ainda que lhe sejam oferecidas oportunidades de engajamento, estas estão vinculadas a exercer mecanicamente determinadas funções, nas quais o treinamento pode servir de respaldo para a execução correta. Em outras pa-

lavras, não há o reconhecimento de suas condições de pensar e contribuir construtivamente.

Os estudantes surdos demonstraram com total franqueza ter conhecimento desta situação e além disso, de estarem fartos da pretensão de ouvintes falarem sobre o universo-surdo sem a experiência de sê-lo. Em resumo, falar pelo outro sem permitir que o outro fale de si mesmo.

Um olhar diferente

Os pais de surdos, muitas vezes se mostram inconformados com tal situação, pois se sentem fracassados em sua obra. Mostram-se culpados e, ao mesmo tempo, derrotados por causa do seu próprio erro. Porém, no fundo, eles não são os errados, pois afinal são *normais*, mas os filhos, estes sim, são o sinônimo do que não está certo, do que não é normal. Assim, estas pessoas passam a ser a carga pesada que tem de ser levada enquanto durar.

Entretanto, é no fluxo desta dinâmica, da relação entre pais e filhos que se estabelecem os requisitos primários para o desenvolvimento de uma pessoa. Esta é a principal base para qualquer edificação consistente, de fato.

Deste modo, o surdo como qualquer pessoa, sofre influência direta do julgamento que está sendo feito sobre alguma coisa que tenha realizado. Daí a importância do incentivo dos pais aos produtos e progressos de seu filho.

É também neste período inicial que a criança vai tendo contato com o mundo através da comunicação de seus pais, ou adultos próximos, sobre o que significam objetos, pessoas, enfim tudo que nos envolve. Isto não tem nenhuma novidade para quem ouve, mas para quem não escuta torna-se um enigma a ser desvendado. É sob este ângulo que pretendo abordar a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), apontar sua relevância e justificar a necessidade de sua utilização.

A questão se mostra de modo simples para mim: se a linguagem é uma característica tipicamente humana e me dá acesso à cultura, ela não pode ser entendida apenas como uma expressão oral verbalizada, pois existem outras vias de comunicação para se entrar em contato com estas informações, tais como gestualidades acompanhadas de expressões corporais. Neste sentido, a Língua de Sinais oferece condições para que o sujeito não fique privado de informações e desta feita, utilize tal recurso com instrumento para a construção de seu próprio pensamento, e assim, se desenvolva.

Entretanto, cabe colocar que compreender com tranquilidade a existência deste lugar ocupado pela Língua de Sinais, significa não priorizar a expressão oral como determinante ou como padrão. Enfim, trata-se da descriminalização de idéias que estão estabelecidas ao longo da história. Além disso, desvendar

uma situação concreta em que Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa são coisas distintas, com peculiaridades e que não podem ser convertidas uma na outra por um processo mecânico de equiparação. Ou seja, são aprendizados diferentes, pois que dizem respeito a estruturas específicas de pensar sobre como falar o que se pretende dizer.

Em outras palavras, o simples fato de admitir a Língua de Sinais nas escolas, por exemplo, não significa ter entendido o que ela representa para o surdo. É preciso que se tenha uma outra maneira de compreender o que é ser surdo, para entrar em contato com sua representação social sobre a Língua de Sinais.

Guetos, não!

A privação de ouvir faz com que os surdos não tenham acesso a língua portuguesa, logo não tem referências na vida diária que funcione como veículo para aprendê-la. Diferente do ouvinte que possui este recurso desde que nasce. Assim, uma criança ouvinte pequena, por exemplo, pode se comunicar porque embora ainda não tenha o conhecimento formalizado da língua, ela se apresenta construída no discurso. Tal não acontece com o surdo, pois não tendo acesso ao discurso que é falado, fica desprovido

desta ferramenta. Ora, isto não quer dizer que ele não seja capaz de se comunicar, mas apenas precisa de outros recursos para fazê-lo. Se estes não lhe estão disponíveis, ou se não for possível lançar mão de outra língua, que não a portuguesa, ele se apresentará em desvantagem. Assim, é importante pontuar que a dificuldade do surdo em aprender está vinculada ao excasso acesso à informação e não a uma debilidade mental.

Isto posto, posso trazer à baila a política pública de in-

“O fato de o surdo ter um déficit sensorial, não possuir percepção auditiva ou tê-la minimamente não é o suficiente para lhe conferir o diagnóstico de incapaz.”

clusão do surdo a classes regulares de ensino. Que incluir o surdo em escolas de ensino regular significa oferecer a possibilidade do contato com ouvintes em seu cotidiano e igual oportunidade de acesso a informações, e que tal atitude é louvável, não se discute, claro.

Além disso, que tal perspectiva, pautada na justa concepção de que todos têm os mesmos direitos e que este é o sentido da educação democrática com vistas à cidadania, também seria perfeita se a ideologia que estivesse permeando-a tivesse como visão de surdez algo que não se assemelhasse a um déficit, comprometido com um mau funcionamento.

Ademais, a política pública

de inclusão deve vir acompanhada da consciência profissional do que é lidar com diferenças. Isto garante um trabalho qualitativamente reconhecido, porque os estudantes são vistos tanto como um grupo-classe, quanto como sujeitos individualizados.

Existe ainda um outro cuidado que é fundamental que seja tomado, pois se não for pode acarretar em corroboração com idéias preconcebidas, reforçando-as. Este diz respeito a *incluir e excluir* significando a mesma coisa, isto é, quando estar no grupo serve como comprovação de que apresento condições inferiores a outras pessoas que o constituem.

Sem dúvida, a condição moral a qual estabelece que somos todos iguais perante a lei, não deve prevalecer sobre a questão ética de que somos diferentes frente a nós mesmos. É esta diferença que marca nossa individualidade e singularidade, ao mesmo tempo que se coloca como algo generalizável a todos. É ela que me permite entender o surdo como diferente do ouvinte pelo fato de não poder escutar, mas não porque suas capacidades estão previamente limitadas. Muito pior, então, aqueles que podem ouvir e nada escutam, porque estão presos apenas ao que eles próprios falam. O fato do surdo ter um déficit sensorial, não

possuir percepção auditiva ou tê-la minimamente não é o suficiente para lhe conferir o diagnóstico de incapaz.

Do mesmo modo, recolher o surdo a ambientes exclusivamente de surdos pode acarretar no enclausuramento o qual é formador de verdadeiros guetos. A contrapartida veiculada pela política pública de inclusão só está sendo possível porque as escolas especiais têm, inconscientemente, servido a este fim. Assumindo o papel protetor e/ou paternalista de oferecer um local para os surdos se sentirem melhor, acaba por considerá-los injustiçados, na condição de *pobres-coitados* que precisam deste ato caridoso. Neste sentido, um prédio pode ser instrumento para a manutenção do isolamento, confinando o surdo ao uso de um único espaço.

Ao contrário, a escola especial deve se mostrar como o lugar para o aprofundamento de estudos e fomentador de pesquisa sobre a população com a qual trabalha, como o local onde ocorre o surgimento de alternativas e propostas de vanguarda; o que naturalmente inclui o surdo socialmente porque não o

exclui do contexto mais amplo do qual pertence. Desta maneira, seu objetivo se traduz em mostrar como o espaço social é construído pela valorização pessoal.

Incluir então só se faz necessário quando existe a exclusão, ainda que velada.

A partir de tudo que expressei anteriormente, gostaria de trazer para a discussão algumas de minhas inquietações, são elas:

A questão que se coloca quanto à importância da língua de sinais para os surdos está na condição de se comunicar com o mundo circundante, de entrar em contato com um modo de falar que não é o expresso através da manifestação oral verbalizada, mas que permite seu ingresso na cultura da qual faz parte e favorece o seu desenvolvimento.

A questão que se coloca frente a política pública da inclusão refere-se a ideologia que permeia a educação no

que tange a ter meios de confirmar, ainda mais, seus diagnósticos de deficiência para os surdos.

Creio que é hora de escutar o que o surdo tem a dizer!

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. *Sobre el concepto de ideología*. In: **Polémica sobre marxismo y humanismo**. México: Siglo XXI, 1974.

DUPRET, L. *Errar é humano: viabilidade do erro-informação ou erro não-ordinário*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Cadernos da PUC — Série Letras e Artes. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1973.

SKLIAR, C. *Sobre o currículo na educação de surdos*. **Revista Espaço: Informativo Técnico Científico do INES**. no 8. Rio de Janeiro, ago / dez. 1997.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

VYGOTSKY, L. *Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

“...a escola especial deve se mostrar como o lugar para o aprofundamento de estudos e fomentador de pesquisa sobre a população com a qual trabalha, como o local onde ocorre o surgimento de alternativas e propostas de vanguarda.”